

Breve Panorama da Cultura Infância no Brasil e Ceará

Emidio Sanderson Dias Sá - emidiosds@yahoo.com.br

Resumo: Segundo o Censo de 2010, 34,7% da população brasileira tem menos de 14 anos. O UNICEF aponta que o Brasil reúne cerca de um terço de toda a população de crianças e adolescentes da América Latina e Caribe; todavia, a infância dificilmente se destaca entre as pautas das políticas culturais em todo o país. Como resultado, o acesso à cultura passa a ser mais um direito violado à criança brasileira, ao lado da saúde, da educação, da moradia, entre outros. Esse quadro corrobora dramáticos indicadores do hábito cultural no Brasil. No Ceará, a desatenção pública com cultura para a infância reproduz o contexto nacional; assim como em muitos estados, a sociedade civil cobre essa ausência dos governos por meio de projetos culturais com transversalidades junto à educação e à cidadania; contudo, a quantidade dessas iniciativas é insuficiente para atender cerca de ¼ da população estadual, fração correspondente aos cearenses com menos de 14 anos. O Plano Nacional de Cultura deu um passo inicial no reconhecimento dessa temática com a criação da Meta 47, a qual determina que todos os dezenove Planos Setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) devem criar diretrizes, ações e metas voltadas para a infância e a juventude. Já o contexto cultural cearense não aponta nenhum sinal de mudança. O Plano Estadual de Cultura do Ceará não apresenta nenhuma proposição direcionada à infância. Iniciativas de mobilização nacional e estadual estão unindo esforços para sensibilizar o setor público para a inserção de políticas culturais para a infância sob uma perspectiva de longo prazo, articulando-se com os Planos citados. A vista disso, a temática infância merece maior destaque na cultura brasileira, inclusive em estudos culturais, reconhecendo a criança não só como cidadão, mas também na qualidade de sujeito cultural que demanda condições adequadas para o seu desenvolvimento físico e mental.

Palavras-Chaves: Criança, Cultura Infância, Política Pública, Direitos.

Introdução

Pode-se constatar que a infância dificilmente se destaca entre as pautas das políticas culturais em todo o país. Essa displicência soma-se à instabilidade da gestão pública. Como resultado, o acesso à cultura passa a ser mais um direito violado à criança brasileira, ao lado da saúde, da educação, da moradia, entre outros.

No Ceará, a desatenção pública com a cultura para a infância reproduz o contexto nacional. Assim como em muitos estados, a sociedade civil cobre essa ausência dos governos por meio de projetos culturais com transversalidades junto à educação e à

cidadania. Todavia, percebe-se que a quantidade dessas iniciativas é insuficiente para reverter os dramáticos indicadores sociais cearenses.

Pensando nisso, iniciativas de mobilização nacional e estadual estão unindo esforços para sensibilizar o setor público para a inserção de políticas culturais para a infância sob uma perspectiva de longo prazo, articulando-se com o Plano Nacional de Cultura e os Planos Estaduais de Cultura. Esse movimento tem como âncora o Grupo de Trabalho Nacional Cultura Infância.

O que se pode identificar diante desse contexto, é a criação de um ambiente fértil para o exercício democrático de construção de políticas que ultrapassem as intempéries de governos e transcrevam as demandas da sociedade e da comunidade artística. O foco tem sido institucionalizar uma política cultural na qual a criança é posta num novo patamar, reconhecendo-a como um indivíduo detentor de direitos.

O Ceará deu um passo à frente e vem estruturando, por meio do Festival de Teatro Infantil do Ceará (TIC) e da Secretaria da Cultura do Ceará (Secult), o Plano de Cultura para a Infância do Ceará, tendo como articulador o autor deste presente artigo. O intuito é institucionalizar uma política cultural na qual a criança é posta num novo patamar, reconhecendo-a como um indivíduo detentor de direitos.

O que se pode identificar diante desse contexto, é a criação de um ambiente fértil para o exercício democrático de construção de políticas que ultrapassem as intempéries de governos e transcrevam as demandas da sociedade e da comunidade artística. O foco tem sido institucionalizar uma política cultural na qual a criança é posta num novo patamar, reconhecendo-a como um indivíduo detentor de direitos. O Ceará deu um passo à frente e vem estruturando, por meio do Festival de Teatro Infantil do Ceará (TIC) e da Secretaria da Cultura do Ceará (Secult), o Plano de Cultura para a Infância do Ceará, tendo como articulador o autor deste presente artigo

Com isso, este trabalho parte de uma pesquisa-ação investigativa e colaborativa sobre uma temática ainda incipiente nos estudos culturais com ênfase em políticas públicas. Desde janeiro de 2014, o pesquisador vem fazendo levantamentos e estruturando o

plano supracitado, que culminou num evento de escuta pública em meados de março, mobilizando diferentes atores sociais e culturais.

Assim, o presente artigo almeja fazer um breve diagnóstico da infância brasileira e cearense, perpassando pelos principais direitos da criança, com destaque para a atual condição das políticas públicas culturais para a infância. Por fim, faz-se um relato da iniciativa pioneira do Ceará na organização do Plano Estadual de Cultura para a Infância.

1. CONTEXTO SOCIAL DA INFÂNCIA NO BRASIL

Segundo o Censo de 2010, 34,7% da população brasileira tem menos de 14 anos (IBGE, 2014). O UNICEF (2014) aponta que o Brasil reúne cerca de um terço de toda a população de crianças e adolescentes da América Latina e Caribe. São milhões de brasileiros que demandam políticas públicas dentro de um contexto desigual e dramático.

Estima-se que 29% da população brasileira seja pobre, da qual quase metade é de famílias com crianças (IBGE, 2014). No Semiárido, onde vivem 13 milhões de crianças, mais de 70% das crianças e dos adolescentes são classificados como pobres (UNICEF, 2014).

A saúde dos pequenos brasileiros também é lamentável. Apesar da redução da taxa da mortalidade infantil nacional, as crianças pobres têm mais do que o dobro de chance de morrer em relação às crianças em melhores condições de vida. E cerca de 60 mil crianças com menos de 1 ano estão desnutridas (UNICEF, 2014).

Em relação à moradia, aproximadamente 60% das crianças com até 14 anos residem em domicílios com serviços de saneamento (água, esgoto e lixo) inadequados, expondo seriamente 10,9% das crianças a doenças em todo o país (IBGE, 2014).

Outros dados alarmantes referem-se à educação. Estima-se que uma em cada quatro crianças de 4 a 6 anos está fora da escola e 64% das crianças pobres não vão à

escola durante a primeira infância. No Nordeste, apenas 40% das crianças concluem a educação fundamental (UNICEF,2014).

Em se tratando dos 21 milhões de adolescentes com idade entre 12 e 17 anos, somente 40% termina o ensino médio. As razões da evasão escolar perpassam pela violência e pela gravidez não planejada. O país registra anualmente o nascimento de 300 mil crianças com mães adolescentes (UNICEF,2014).

A violência também gera dados assustadores. Diariamente, 129 casos de violência, psicológica ou física, são registrados no Disque Denúncia 100 (UNICEF,2014). Além disso, entre as causas externas de óbitos de crianças e jovens brasileiros, 43,3% são por assassinato e 27,2% são causados por acidente de trânsito (WAISELFISZ, 2012).

O trabalho infantil ainda está longe de ser erradicado nas terras brasileiras. Em 2009, 2 milhões de crianças de 5 a 15 anos de idade estavam com alguma ocupação no mercado de trabalho, das quais 44% na Região Nordeste e 24% na Região Sudeste (IBGE, 2014).

É inaceitável, para um país considerado um dos mais ricos do mundo, violar os direitos básicos da sua população infantil. Já houve muitos avanços, mas ainda perdura um quadro situacional negativo.

2. CULTURA PARA A INFÂNCIA NO BRASIL

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente Brasileiro (BRASIL, 1995), o acesso à cultura é um direito fundamental das crianças. Porém, sabe-se que esse direito está longe de ser universalizado. Existem muitos obstáculos a serem eliminados, sobretudo, a falta de hábito cultural do povo e as poucas políticas públicas de cultura para a infância.

Em 2010, a Fecomércio-RJ (2014) realizou um levantamento sobre o hábito cultural em 70 cidades brasileiras. 47% dos entrevistados não realizaram nenhuma das seis atividades culturais listadas na pesquisa. Ao todo, 66% deles não leram um livro em 2010. Mais de 90% não visitaram uma exposição de arte, não assistiram a um



espetáculo de teatro nem de dança. Somente menos de 30% foram ao cinema e a um *show* musical.

Essa pesquisa revelou também que os motivos desse *déficit* de demanda cultural perpassam pela falta de hábito do povo. Esse fator, segundo a Fecomércio-RJ (2014), é uma questão intergeracional, ou seja, os pais não têm a prática de frequentar “ambientes culturais”, e, assim, seus filhos não são estimulados. Enquanto as atividades culturais não entrarem no cotidiano das crianças, o setor cultural no Brasil terá um público limitado.

As políticas culturais voltadas para as novas gerações quase inexistem. Apesar de haver inúmeras experiências artísticas culturais por todo o país, sobretudo aquelas com finalidades sociais, muitas delas são iniciativas da sociedade civil organizada, as quais sempre estão reféns da inconstância de financiamento do setor público e do setor privado.

Referindo-se ao Governo Federal, a cultura da infância entra na pauta das suas políticas culturais de forma mais significativa com o estabelecimento da Meta 47 do atual Plano Nacional de Cultura, a qual determina que todos os dezenove Planos Setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) devem criar diretrizes, ações e metas voltadas para a infância e a juventude (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012).

Hoje, segundo o Ministério da Cultura (2012) oito Planos Setoriais foram elaborados e possuem o tema infância e adolescência em suas proposições. Junto a isso, a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) ficou empenhada em elaborar uma política específica para essa temática, a qual não foi implantada até o momento.

Outras iniciativas do Governo Federal merecem destaque, principalmente aquelas que fazem uma interface cultura e educação, como o Mais Cultura nas Escolas, que está selecionando 5 mil projetos artísticos para serem realizados nas escolas partícipes do



Programa Mais Educação, e a implantação da obrigatoriedade do ensino da música na educação básica (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014).

Além disso, um grupo de profissionais de todo o país dedicados à criação, à produção e à distribuição de bens e serviços culturais para crianças criaram o Grupo de Trabalho (GT) Cultura Infância. Esse GT formatou um plano titulado “Uma Política Pública para a Cultura da Infância”. Entre suas propostas, estão a criação do Centro de Referência Nacional Cultura Infância e a previsão de 20% do orçamento do MinC para a cultura da infância (GT CULTURA INFÂNCIA, 2014).

Atualmente, o GT Cultura Infância apresentou seu plano ao Ministério da Cultura e ao Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). O documento vem tramitando na Secretaria de Políticas Culturais (SPC), na SCDC e no gabinete da Ministra. No CNPC, o plano foi aprovado por unanimidade.

3. PERFIL DA INFÂNCIA NO CEARÁ

No Ceará, cerca de $\frac{1}{4}$ da população tem menos de 14 anos (COSTA; CARVALHO; RIBEIRO; SULIANO; SALES; MIRO, 2010). Entender as distorções em torno de políticas públicas para esse grupo populacional é crucial para combater as desigualdades do estado e criar condições favoráveis para o seu devido desenvolvimento físico e mental.

Em 2008, segundo o UNICEF (2014), 66,6% das crianças de 0 a 6 anos viviam em situação de pobreza; quase o dobro da média nacional. Sabe-se que pelo menos 20% dos cearenses de 0 a 14 anos moram em domicílios sem abastecimento de água e 46,2% vivem em domicílios sem rede de esgoto (COSTA; CARVALHO; RIBEIRO; SULIANO; SALES; MIRO, 2010). Só em Fortaleza, metade das crianças é mantida com menos de meio salário mínimo (IPECE, 2013).

A taxa de mortalidade infantil no Ceará é em torno de 18% (COSTA; CARVALHO; RIBEIRO; SULIANO; SALES; MIRO, 2010), porcentagem um pouco acima da taxa nacional. Por outro lado, essa taxa vem caindo progressivamente, de tal forma que o

estado já ultrapassou a redução de 2/3 da taxa de mortalidade infantil estabelecida pelas Metas do Milênio do PNUD antes do prazo (2015).

Do ponto de vista da educação, em 2008, 16,8% das crianças de 6 a 14 anos eram analfabetas, das quais 92,7% estavam na escola (COSTA; CARVALHO; RIBEIRO; SULIANO; SALES; MIRO, 2010). Na capital cearense, mais de 70% da população de 0 a 3 anos não frequenta creche (IPECE, 2013). Essas porcentagens estão acima da média nacional.

Em 2007, o percentual de mortes violentas entre as crianças cearenses de 10 a 14 anos foi de 11,20% das mortes ocorridas (COSTA; CARVALHO; RIBEIRO; SULIANO; SALES; MIRO, 2010). Além disso, de 2000 a 2010 houve um aumento de 33,6% de óbitos de crianças e adolescentes por acidentes de transporte, ocorrendo 286 mortes só em 2010 (WAISELFISZ, 2012).

Cerca de 4% das crianças de 10 a 14 anos são ocupadas, enquanto a porcentagem de todo o Nordeste é de 2,28% (COSTA; CARVALHO; RIBEIRO; SULIANO; SALES; MIRO, 2010). A Grande Fortaleza é a região metropolitana do Brasil com maior índice de trabalho infantil na faixa etária de 10 a 14 anos (IPECE, 2013).

Conclui-se, assim, que a triste realidade das crianças cearenses é marcada pela desigualdade social. Apesar do PIB do Ceará crescer cinco vezes mais que o do Brasil (IPECE, 2014), o estado ainda está entre os cinco estados mais pobres do país (DIÁRIO DO NORDESTE, 2014).

4. POLÍTICA DE CULTURA PARA A INFÂNCIA DO CEARÁ

O Ceará sempre foi pioneiro nas políticas públicas para a cultura, sendo, por exemplo, o primeiro estado brasileiro a criar sua secretaria da cultura e a aderir ao Sistema Nacional de Cultura (SECULT, 2014). Entretanto, é quase imperceptível uma política cultural exclusiva para crianças ao longo dos 48 anos dessa secretaria.

Apesar de algumas iniciativas para a infância bem sucedidas junto à Secretaria da Cultura do Ceará (Secult), sempre se tratou de projetos junto à sociedade civil ou de

pequenas ações dentro de eventos ou espaços culturais, sem registro de um programa exclusivo nessa área.

No geral, a sociedade civil sempre cobriu esse hiato de políticas culturais para a infância com projetos dedicados à formação cidadã e ao fortalecimento da identidade cultural. Contudo, são iniciativas que não conseguem dar conta dos 184 municípios cearenses. Ou seja, nunca houve uma política cultural de estado consistente, com foco nas crianças.

O atual Plano Estadual de Cultura do Ceará não prevê nenhuma ação, nem estratégia, com ênfase na infância. O que ainda são visíveis nesse plano são ações voltadas para a educação, as quais acabam atingindo crianças e jovens, mas não há nada direcionado em cultura para a infância.

Vale destacar inúmeros projetos culturais para a infância com objetivos sociais realizados por ONGs. Por outro lado, grande parte dos projetos essencialmente artísticos tem fins exclusivamente comerciais, baseados nos padrões da indústria de entretenimento.

5. PLANO DE CULTURA PARA A INFÂNCIA DO CEARÁ

Com base no exposto, o TIC e a Secult, motivados pelo GT Nacional, vêm elaborando o Plano de Cultura para a Infância do Ceará. O objetivo é criar nortes para a estruturação e a execução de programas, ações, projetos e metas da gestão pública cultural cearense.

A proposta é formular um planejamento de longo prazo complementar ao Plano Estadual de Cultura, criando uma meta nesse plano com ênfase na cultura para a infância, tendo suas ações detalhadas como um anexo. Estima-se que essa contribuição deva transcender os períodos de governos, almejando uma estabilidade na política cultural para a infância do estado para os próximos dez anos.

Para levantar essas ações, foi realizado um evento de escuta pública de 28 a 30 de março de 2014, que reuniu cerca 50 (cinquenta) representantes da sociedade civil e

do setor público cearense. Baseado nas experiências e nos conhecimentos desses colaboradores, diferentes propostas foram levantadas, divididas entre os seguintes eixos-temáticos:

- a) Cidadania e Diversidade Cultural - Esse eixo partiu de uma perspectiva política que tem a cultura apropriada pelos cidadãos como direito à fruição, à experimentação, à informação, à memória e à participação (CHAUI, 2006). A cultura, aqui, ocupa uma posição transversal dentro das pastas públicas, já que ela se insere nos processos da vida do cidadão. A amplitude desse escopo exigiu a compreensão da pluralidade cultural de um povo, reconhecendo todos os seus traços culturais e seus processos históricos. À vista disso, as propostas desse eixo se inseriram dentro desse conceito, reconhecendo a criança não só como cidadão, mas também na qualidade de sujeito cultural que demanda condições adequadas para o seu desenvolvimento físico e mental;
- b) Patrimônio Cultural - A cultura é vista dentro desse eixo como uma teia de relações em que o ser humano é produto e produtor de expressões simbólicas que revelam a identidade de um povo. Essa trama é desenhada constantemente, perpetuando matrizes e vínculos de diferentes coletividades que são expressos em manifestações materiais e imateriais, como festas populares, artesanato, monumentos naturais e históricos, entre outras (ROCHA, 2014). Reconhecer essas significações é uma forma de fortalecer um povo como coletivo e de estabelecer conexões entre o passado, o presente e o futuro. Baseado nisso, as propostas desse eixo-temático partiram de uma perspectiva que tem a criança como agente crucial nesse processo do tempo, pois ela é responsável pelo futuro de todo esse patrimônio cultural.
- c) Educação e Cultura - Pode-se afirmar que uma das finalidades da cultura é ser instrumento eficaz de conhecimento, possibilitando leituras mais densas, mais ricas, mais sábias, mais abrangentes e mais humanas do mundo (SETUBAL, 2014). Por isso a interface educação e cultura torna-se uma rica estratégia de desenvolvimento cognitivo e humano. Nesse aspecto, o ensino/aprendizagem da arte permite ao indivíduo, por meio do pensamento crítico, identificar, analisar e transformar o seu contexto para melhor adaptar-se aos seus desejos

e necessidades (BARBOSA, 2014). Assim, os ambientes educacionais, formais e informais, devem proporcionar essas experiências artísticas e culturais; por isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação obriga o ensino da arte no currículo escolar. Foi dentro desse conceito que as propostas dessa temática foram estruturadas, buscando, inclusive, valorizar a diversidade cultural local e viabilizar o intercâmbio dos ambientes educacionais com as produções e os criadores da cultura na sociedade;

- d) Linguagens Artísticas - As artes para a infância há anos carregam uma imagem cheia de estereótipos e práticas que a excluem do mercado cultural, criando preconceito por parte de financiadores culturais, curadores, programadores, imprensa e plateias. Por outro lado, ultimamente, uma nova cena artística vem surgindo em nível nacional e estadual, ao mesmo tempo em que exploram novas narrativas, estéticas e poéticas voltadas para a infância. Contudo, essa nova safra artística ainda possui grandes dificuldades de financiamento, formação, produção, circulação e divulgação, sem falar da desleal concorrência com a indústria do entretenimento. Nesse sentido, esse eixo-temático buscou encontrar soluções, do ponto de vista da demanda e da oferta, para os limites dessa linguagem artística no Ceará, ensejando o desenvolvimento desse setor artístico em todo o estado, de forma a atender a toda a sua heterogeneidade de norte a sul.

Atualmente, as propostas levantadas vêm sendo estruturadas pelo articulador do Plano para serem apresentadas nas instâncias devidas. Com o plano formatado, caberá ao governo estadual transformá-lo em política pública, estruturando-o devidamente dentro dos preceitos da gestão pública, estabelecendo, inclusive, fontes de recursos e métodos de monitoramento e avaliação.

Em vista do exposto, cabe à sociedade civil acompanhar tal processo ao longo dos próximos dez anos. Provavelmente, alguns ajustes serão necessários, pois muitas proposições nem sempre são exequíveis, sobretudo, se levarmos em conta a burocracia dos trâmites públicos.

4. DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS

4.1 Protagonismo infantil

Após todo o processo de formulação do Plano de Cultura para a Infância, o documento será apresentado a crianças de até 14 anos, de cinco projetos sociais, de caráter cultural, em todo o estado. A ideia é exercitar o protagonismo infantil através da análise do Plano. Durante esse processo, cada interferência das crianças será registrada e levada em consideração na formatação do documento final.

4.2 Consulta Pública

Com o Plano validado pelas crianças, o documento será colocado em Consulta Pública *online*, quando se fará uma intensa mobilização da participação social para que o Plano possa ser legitimado pelo maior número de membros da sociedade civil.

4.3 Conselhos Estaduais

Depois da Consulta Pública, o documento será revisado e submetido ao Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC) e ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA) para apreciação e deliberação.

4.4 Processo Eleitoral

Durante o processo eleitoral 2014, o documento será apresentado a todos os candidatos a Governador do Estado, a fim de que o Plano possa ser inserido nos Planos de Governos de cada coligação política.

4.5 Assembleia Legislativa

A proposta é que seja criada uma meta específica para a infância no Plano Estadual de Cultura, tendo como anexo o Plano de Cultura para a Infância. A expectativa é que esses documentos sejam apresentados, analisados e aprovados pela Assembleia Legislativa do Ceará em 2014.

4.6 Plano Plurianual (PPA)

Tendo o Plano respaldado pelas instâncias citadas acima, o objetivo será garantir que as propostas do documento sejam contempladas pela política cultural cearense durante os próximos dez anos. Nesse período, três Planos Plurianuais (PPA) do Governo do Estado (2016-2019, 2020-2023 e 2024-2027) serão elaborados. Assim, o desafio é assegurar a criação de programas, ações e previsões orçamentárias com foco na cultura para a infância dentro desse instrumento de planejamento do governo estadual, baseado no Plano. Talvez algumas revisões sejam necessárias, mas o importante é inserir a pauta da infância no principal instrumento de planejamento do governo.

CONCLUSÕES

Podemos constatar que grande parcela da população infantil do Brasil ainda tem seus direitos violados. Essa realidade torna evidente uma desigualdade social crônica. É inaceitável a gestão pública manter, de forma passiva, um *déficit* gigantesco de políticas para esse público.

A cultura para a infância está dentro desse hiato de políticas públicas. Sabe-se que o direito à cultura está longe de ser universalizado. A parca oferta de atividades culturais soma-se à falta de hábito cultural do brasileiro. Para reverter esse quadro, precisa-se de uma intervenção intergeracional, da qual a criança deve ser o elemento central.

Entretanto, as políticas culturais para a infância ainda são insuficientes. A política nacional já vem dando passos iniciais, como a previsão da Meta 47 do Plano Nacional de Cultura. Já no Ceará não há sinal de políticas nessa área, inclusive no Plano Estadual de Cultura.

Nesse contexto, o Plano de Cultura para a Infância do Ceará busca mudar a ausência da política cultural cearense junto à infância, estabelecendo nortes para o desenvolvimento de programas, ações, projetos e dotações orçamentárias para os próximos dez anos.

Para tanto, diferentes atores sociais e culturais do setor público, do privado e da sociedade civil estão sendo mobilizados. O intuito é fazer um planejamento participativo, contemplando uma diversidade de propostas, de forma a passar por diferentes temáticas da cultura para a infância.

Após a formatação do Plano de Cultura para a Infância do Ceará, o desafio será garantir sua implantação pelos futuros gestores públicos estaduais, suplantando quaisquer interrupções de políticas públicas para a cultura, as quais são comuns na história da gestão pública nacional e cearense.

Para a construção de um cenário ideal para a infância, seria importante, também, estimular os 184 municípios cearenses a criarem seus planos. Assim, muitas políticas poderiam ser realizadas colaborativamente pelos entes federados.

Dessa forma, os autores desse Plano devem se mobilizar em diferentes frentes, inclusive na esfera executiva e legislativa, para que os direitos à cultura de milhares de cearensezinhas sejam garantidos através de um documento construído de forma legítima e democrática.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. Aprender com arte. Onda Jovem. Edição 3. Disponível em: <http://www.ondajovem.com.br/acervo/3/aprender-com-arte>. Acesso em: 06/03/2014

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

COSTA, Leandro Oliveira; CARVALHO, Eveline Barbosa Silva; RIBEIRO, Elisa de Castro Marques; SULIANO, Daniel Cirilo; SALES, Raquel Silva; MIRO, Vitor Hugo. Perfil Populacional do Ceará. Fortaleza: IPECE, 2010.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania Cultural: o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.



DIÁRIO DO NORDESTE. CE é o 3º mais pobre, segundo renda familiar. Diário do Nordeste. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/ce-e-o-3-mais-pobre-segundo-renda-familiar-1.446068>. Acesso em: 04/03/2014.

FECOMERCIO-RJ. Hábito Cultural do Brasileiro cresce em 2010, segundo Pesquisa da Fecomércio-RJ. Fecomércio-RJ. Disponível em: <http://www.fecomercio-rj.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=9891&sid=90>. Acesso em: 01/03/2014.

GT CULTURA INFÂNCIA. Centro de Referência Nacional Cultura Infância: Uma Política Pública para Cultura Infância. Rio de Janeiro: GT Cultura Infância, 2014.

IBGE. Mão na Roda: crianças, adolescentes e jovens. IBGE Teen. Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/en/mao-na-roda/criancas-adolescentes-e-jovens>. Acesso em: 01/03/2014.

IPECE. Infância em Fortaleza: aspectos socioeconômicos a partir dos dados do CENSO 2010. Perfil Municipal de Fortaleza. Edição Especial. Fortaleza: IPECE, 2013.

IPECE. PIB no Ceará cresce cinco vezes mais que no Brasil. IPECE. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/noticias/ipece-na-midia/pib-no-ceara-cresce-cinco-vezes-mais-que-no-brasil>. Acesso em: 04/03/2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. As metas do Plano Nacional de Cultura. 3ª edição. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC divulga mais 1649 projetos selecionados para o Mais Cultura nas Escolas. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/maisculturanasescolas>. Acesso em: 06/03/2014.



ROCHA, Tião. As tramas da identidade. Onda Jovem. Edição 3. Disponível em: <http://www.ondajovem.com.br/acervo/3/as-tramas-da-identidade>. Acesso em: 05/04/2014.

SECULT/CE. Consulta Pública do Plano Estadual da Cultura. Sistema Estadual de Cultura. Disponível em: <http://sistemadeculturadoceara.org/consultapublica/>. Acesso em: 02/03/2014.

SETUBAL. Maria Alice. Diálogos entre cultura e educação na escola. Educar para crescer. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/gestao-escolar/dialogo-cultura-escola-499667.shtml>. Acesso em: 06/03/2014

UNICEF. Infância e adolescência no Brasil. UNICEF Brasil. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>. Acesso em: 01/03/2014.

UNICEF. Conferência Estadual sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento para Regiões Semiáridas no Ceará. Selo Semi-Árido: Estratégias Mobilização. Disponível em: www.icid18.org/downloads/epce/.../21_m_4_pt.ppt. Acesso em: 04/03/2014

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil. 1ª edição. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2012.